SORRI - BAURU

CNPJ: 47.641.907/0001-01

Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

31 de dezembro de 2024 e 2023

SORRI BAURU

CNPJ 47.641.907/0001-01

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Restrição	**4**	1.439.143	927.225
Caixa e Equivalentes de Caixa - Com Restrição	**4**	11.310.248	11.599.959
Faturas a Receber	**5**	526.579	304.814
Convênios a Receber	**6**	544.661	6.334
Adiantamentos		284.356	645.116
Estoques	**7**	262.525	1.004.465
Despesas Antecipadas		27.355	6.640
		14.394.868	**14.494.553**
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado Líquido	**8**	**39.795.581**	**4.876.544**
Imobilizado sem restrição	**8.1**	39.504.064	5.839.406
(-) Depreciação Acumulada sem restrição	**8.1**	(1.805.422)	(3.244.837)
Imobilizado com restrição	**8.2**	2.414.920	2.410.968
(-) Depreciação Acumulada com restrição	**8.2**	(317.980)	(128.993)
Intangível Líquido		**172.285**	**7**
Intangível	**9**	173.097	819
(-) Amortização Acumulada	**9**	(812)	(812)
		39.967.866	**4.876.551**
TOTAL DO ATIVO		**54.362.734**	**19.371.103**

PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	**10**	1.441.508	797.725
Obrigações Trabalhistas	**11**	2.023.303	2.503.966
Obrigações Fiscais e Sociais	**12**	1.121.488	1.062.731
Convênios a Realizar	**13**	11.404.419	11.411.631
Empréstimos e Financiamentos CP		267.712	480.570
Adiantamento de Clientes		162.475	61.452
Acordos Judiciais a Pagar		45.224	-
		16.466.128	**16.318.075**
NÃO CIRCULANTE			
Contingências	**14**	88.000	-
Receitas Diferidas	**15**	2.205.204	1.671.828
		2.293.204	**1.671.828**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	**16**	813.032	2.184.012
AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial	**16.a**	34.556.711	-
Resultado do Exercício	**16.b**	233.659	(802.811)
	16	**35.603.402**	**1.381.201**
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**54.362.734**	**19.371.103**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2024.

SORRI BAURU

CNPJ 47.641.907/0001-01

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores expressos em reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA	**17**	**45.080.150**	**37.340.702**
Contratualização SUS		6.426.730	4.889.438
Receitas com Convênios e Particulares	**18**	5.146.911	3.580.495
Receitas com Produtos e Serviços	**18**	2.146.365	1.809.515
Recurso de Convênio - ESF		22.723.485	19.832.529
Recurso de Convênio - Educação		5.452.983	4.068.307
Recurso de Convênio - SEID		1.528.816	1.412.327
Recurso de Convênio - Especificos		146.238	54.658
Recurso de Convênio - Inclusão Produtiva		119.402	106.188
Recurso de Convênio - Pronas Artes e Esporte	**22 a**	49.770	327.986
Recurso de Convênio - Equoterapia		28.870	108.166
Recurso de Convênio Rodrigo Agostinho		-	8.549
Recurso de Convênio - Siconv		58.540	57.350
Recurso de Convênio Carlos Sampaio		-	61.441
Recurso de Convênio Emidio de Souza		-	105.248
Recurso de Convênio Alexandre Padilha		100.000	182.140
Recurso de Convênio Baleia Rossi		-	28.877
Receitas com Doações e Contribuições		569.660	586.009
Receitas com Promoções e Eventos		220.829	121.478
Recurso de Convênio Chiara Ranieri		146.125	-
Recurso de Convênio Edson Miguel		53.375	-
Recurso de Convênio Marcelo Afonso		100.871	-
Recurso de Conv. Transposição Lei 7.76022.11.23		52.724	-
Emenda Impositiva Mane Losila Art. Nº. 107		2.984	-
Emenda Impositiva Marcos De Souza Art. Nº. 13		1.990	-
Emenda Impositiva Locadora Art. Nº. 38		1.990	-
Emenda Impositiva Locadora Art. Nº. 44		1.492	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**45.080.150**	**37.340.702**
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**19**	**(53.674.954)**	**(46.206.740)**
Custos dos Produtos e Serviços Próprios		(23.950.244)	(21.573.583)
Custos com Execução de Convênios - ESF		(22.414.344)	(18.551.471)
Custos com Execução de Convênios - Educação		(5.284.776)	(4.015.027)
Custos com Execução de Convênios - Emidio de Souza		(1.061)	(105.248)
Custos com Execução de Convênios - SEID		(1.563.361)	(1.267.111)
Custos com Execução de Convênios - Especificos		(179.163)	(30.641)
Custos com Execução de Convênios - Inclusão Produtiva		(110.275)	(81.900)
Custos com Execução de Convênios - Pronas Artes e Esporte	**22 a**	(57.880)	(327.986)
Custos com Execução de Convênios - Equoterapia		(26.454)	(94.908)
Custos com Execução de Convênios Rodrigo Agostinho		-	(8.550)
Custos com Execução de Convênios - Siconv		(87.397)	(59.997)
Custos com Execução de Convênios Carlos Sampaio		-	(61.441)
Custos com Execução de Convênios Baleia Rossi		-	(28.877)
RESULTADO BRUTO		**(8.594.804)**	**(8.866.038)**
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas		(624.530)	(591.316)
Outras receitas operacionais		219.567	217.124
Financeiras Líquidas		59.600	75.809
Isenções Previdenciárias Usufruídas	**21**	9.173.826	8.291.609
Receitas com Subvenções		-	70.000
		8.828.463	**8.063.226**
SUPERÁVIT (DÉFICT) DO EXERCÍCIO	**16.b**	**233.659**	**(802.811)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2024.

SORRI BAURU

CNPJ 47.641.907/0001-01

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(valores expressos em reais)

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AAP - AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT DÉFICIT DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**1.301.020**	**-**	**882.987**	**2.184.007**
Transferência do Superávit para Patrimônio Social	882.987	-	(882.987)	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	4	-	-	4
Déficit do Exercício Corrente - 2023	-	-	(802.811)	(802.811)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**2.184.012**	**-**	**(802.811)**	**1.381.201**
Transferência do Déficit para Patrimônio Social	(802.811)	-	802.811	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(568.168)	-	-	(568.168)
AAP - Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	34.556.711	-	34.556.711
Superávit do Exercício Corrente - 2024	-	-	233.659	233.659
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**813.032**	**34.556.711**	**233.659**	**35.603.402**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2024.

SORRI BAURU
CNPJ 47.641.907/0001-01
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(valores expressos em reais)

Método Indireto	2024	2023
1 - DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
(A) Resultado Líquido Ajustado		
Resultado do Exercício	233.659	(802.811)
Depreciação	297.932	259.725
Contingências	88.000	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	(568.168)	4
Receitas Diferidas	533.376	246.741
(=) Resultado Ajustado	584.798	(296.341)
(B) Acréscimo e Decréscimo do Ativo Circulante		
Faturas a Receber	(221.765)	(270.559)
Convênios a Receber	(538.327)	44.877
Adiantamentos	360.760	(579.740)
Estoques	741.940	(28.427)
Despesas Antecipadas	(20.715)	(1.491)
(=) Acréscimo/Decréscimo do Ativo Circulante	321.892	(835.340)
(C) Acréscimo e Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	643.783	380.103
Obrigações Trabalhistas	(480.664)	(103.149)
Obrigações Fiscais e Sociais	58.757	69.894
Convênios a Realizar	(7.212)	4.799.777
Adiantamento de Clientes	101.023	59.035
Acordos Judiciais a Pagar	45.224	-
(=) Acréscimo/Decréscimo do Passivo Circulante e Não Circulante	360.911	5.205.659
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (A+B+C)	**1.267.601**	**4.073.978**
2 - DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisição do Imobilizado	(151.444)	(1.033.400)
Baixas do Imobilizado	(508.813)	5.396
Intangível	(172.279)	-
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(832.536)**	**(1.028.003)**
3 - DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Empréstimos e Financiamentos	(212.858)	363.903
TOTAL DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(212.858)**	**363.903**
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (1+2+3)	**222.207**	**3.409.878**
SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	**12.527.184**	**9.117.306**
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	**222.207**	**3.409.878**
SALDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	**12.749.391**	**12.527.184**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Bauru, 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional

A SORRI Bauru ("Entidade"), com sede na Avenida Nações Unidas no 53-40 – Jardim Colonial – Bauru/SP iniciou suas atividades em 1976, como entidade privada sob forma de organização social sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a realização de ações dirigidas à promoção da saúde, assistência, ensino, educação, esporte, cultura, pesquisa cientifica e desenvolvimento tecnológico, atuando também em regime de parceria com pessoas, grupos, empresas privadas, órgãos governamentais, não governamentais e associações congêneres, para favorecimento do desenvolvimento pessoal, integração social e profissional, de pessoas com deficiência física, intelectual, auditiva, visual, social, com necessidades educacionais especiais e do portador de hanseníase, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político ou religioso visando sua emancipação.

Em 31 de março de 2010, o Decreto Estadual nº 53.375/08 e Decreto Municipal 13.743/2021 qualificou a Sorri Bauru como organização social da área da saúde. Sua missão é promover os direitos humanos com ênfase nos direitos das pessoas com deficiência.

As atividades da Entidade são suportadas financeiramente por meio de convênios firmados com os governos federais, estaduais e municipais, parcerias com organizações particulares, órgão oficiais estatais, nacionais ou internacionais e vendas de produtos e prestação de serviços, campanhas e doações.

Em 06 de outubro de 1977, foi declarada como Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 2.030.

A Utilidade pública estadual foi declarada pela Lei nº 2.686 de 30 de dezembro de 1980.

A Portaria SAS/MS nº 733 de 02 julho de 2013, habilitou a Sorri Bauru como Centro Especializado em Reabilitação e Oficina Ortopédica (CER III), que faz parte da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência do Sistema Único de Saúde.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 9.580/2018 e artigo 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo no 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma organização social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

2. Base de Preparação

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1.409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a interpretação ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, que trata de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

b) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real.

d) Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa no 3.a – Instrumentos Financeiros;
- Nota Explicativa no 3.d – Vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa no 12 – Provisão para contingências;

3. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade estorna um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a projetos

Representam os saldos de bancos, conta movimento e aplicações contábeis que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações de projetos a realizar.

Passivos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge.

Durante os exercícios de 2024 e 2023, a Entidade não operou com instrumentos financeiros derivativos (operações de hedge, swap, contratos a termo e outras).

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos. Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

Riscos associados

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações contábeis e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a Entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2024, a Entidade está sujeira aos fatores de:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações contábeis. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas com projetos

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados nos Projetos são registrados da seguinte forma, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC07 (R1):

- Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante;
- Consumo como despesa: quando ocorrem os gastos, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício;
- Aquisição de bens: quando ocorre a aquisição de bens são reconhecidos os ativos imobilizados, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante (recursos aplicados em imobilizados);
- Rendimentos de aplicações contábeis: quando ocorre o rendimento de aplicações contábeis de recursos incentivados são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos no passivo circulante.

- Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados aos projetos são nulos, pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. Dessa forma, eventuais superávits ou déficits apurados pela Entidade corresponde apenas às receitas de doações livres e despesas administrativas não cobertas pelo projeto, sendo esses valores imateriais nas operações da Entidade.

c. Estoques

Os estoques são mensurados e apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edificações e benfeitorias	60
Máquinas e equipamentos	20
Móveis e utensílios	10
Veículos	05
Equipamentos de informática	03

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Associação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

e. Redução ao valor recuperável – impairment

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica

que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para contas a receber de clientes e outros créditos) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. O contas a receber e outros créditos individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Entidade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra o contas a receber e outros créditos. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização do teste de redução ao valor recuperável.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes após sua saída. Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente, são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

h. Obrigações Fiscais e Sociais

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos no 180 trata da imunidade tributária das entidades sem fins lucrativos, estabelece os requisitos para sua concessão a no 183 do decreto nº. 9.580/2018 aborda a suspensão da imunidade tributária em decorrência do não cumprimento dos requisitos legais, estabelecendo o procedimento a ser seguido pela fiscalização tributária. Regulamento de Imposto de Renda e aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/1999 e Artigo no 195 da Constituição Federal.

De acordo com o Inciso VI do Artigo no 150 da Constituição Federal, é vedado aos Estados a instituição de imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços de instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos.

i. Aspectos ambientais

As instalações da Entidade são sujeitas às regulamentações ambientais. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

j. Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos contratos de convênios. Maiores detalhes sobre os projetos estão detalhados na Nota 12.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos Sem Restrição	**1.439.143**	**927.225**
Caixa	601	743
Conta Corrente - Sem Restrição	2.231	142.614
Aplicações - Sem Restrição	1.436.310	783.868
Recursos Com Restrição	**11.310.248**	**11.599.959**
Conta Corrente - Com Restrição	50.500	1.043.463
Aplicações - Com Restrição	11.259.748	10.556.496
Total de Recursos	**12.749.391**	**12.527.184**

5. Faturas a Receber

Refere-se aos valores de serviços prestados e produtos vendidos para convênios com empresas, pessoas jurídicas e pessoas físicas e serão recebidos pela Entidade conforme os respectivos vencimentos.

	31/12/2024	31/12/2023
Faturas Pessoa Física	78.728	26.506
Faturas Pessoa Jurídica	447.851	278.308
Total	**526.579**	**304.814**

6. Convênios a Receber

	31/12/2024	31/12/2023
Conv. Municipais	57.113	(375)
Unimed Bauru	447.696	-
Demais Convênios	39.852	6.709
Total	**544.661**	**6.334**

Convênios cuja prestação de serviços em dezembro de 2024, com recebimento previsto para janeiro de 2025, refletindo corretamente a despesa ou receita no período em que os serviços foram efetivamente prestados.

7. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais de Uso e Consumo	222.785	57.303
Estesiômetro	39.740	429.257
Materiais para Reabilitação	-	30.727
Materiais de Ortopedia	-	487.179
Total	**262.525**	**1.004.465**

A redução observada no saldo de estoque ao final do exercício de 2024 decorre de ajustes realizados no sistema de controle de estoque, alinhados com a atualização dos saldos na contabilidade. Durante o processo de conferência e encerramento contábil do exercício, foram identificadas inconsistências geradas por registros incorretos em períodos anteriores, bem como divergências entre o estoque físico, o sistema de gestão e os saldos contábeis.

8. Imobilizado

8.1 Imobilizado Recurso Próprio

Imobilizado - Recurso Próprio	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Computadores e Periféficos	306.538	23.770		330.308
Edificações	3.378.535	34.556.711	(935.247)	37.000.000
Equipamentos de Reabilitação	262.990		(52.559)	210.431
Ferramentas e Acessórios	27.715			27.715
Instalações	5.400			5.400
Máquinas e Equipamentos	281.850		(51.693)	230.158
Móveis e Utensílios	960.783	123.674		1.084.457
Terrenos	428.695			428.695
Veículos	183.892			183.892
Outros Veículos	3.008			3.008
Total Imobilizado	5.839.406	34.704.155	(1.039.498)	39.504.064

(-) Depreciação Imobilizado - Recurso Próprio	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
(-) Edificações	(1.548.359)	-	1.548.359	-
(-) Equipamentos de Reabilitação	(211.182)	(16.456)		(227.638)
(-) Ferramentas e Acessórios	(24.225)	(1.414)		(25.639)
(-) Móveis e Utensílios	(791.756)	(62.035)		(853.791)
(-) Máquinas e Equipamentos	(214.681)	(13.773)		(228.454)
(-) Instalações	(5.385)	-		(5.385)
(-) Computadores e Periféricos	(266.061)	(5.717)		(271.778)
(-) Veículos	(183.189)	(8.690)		(191.879)
(-) Livros	-	(860)		(860)
Total Depreciação	**(3.244.837)**	**(108.944)**	**1.548.359**	**(1.805.422)**

Saldo Líquido - Recurso Próprio	**2.594.569**	**34.595.211**	**508.861**	**37.698.641**

8.2 Imobilizado Com Restrição

Imobilizado - Com Restrição	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Imobilizado em Andamento	687.200			687.200
Móveis e Utensílios AUX	63.410			63.410
Equipamentos de Reabilitação AUX	45.000			45.000
Computadores e Periféficos AUX	86.384			86.384
Móveis e Utensílios SICONV	23.150			23.150
Máquinas e Equipamentos SICONV	291.773		(47)	291.726
Computadores e Periféficos SICONV	18.550			18.550
Secretaria Ampliação	967.120	4.000		971.120
Comp E Perif Siconv 916724/2021	61.780			61.780
Maq E Equip Siconv 916724/2021	119.616			119.616
Aparelhos E Instrumentos	1.368			1.368
Maquinas e Equip. Gourmet	41.759			41.759
Comput. Gourmet	3.284			3.284
Mov E Utens 3ª Vara Criminal	574			574
Total Imobilizado	**2.410.968**	**4.000**	**(47)**	**2.414.920**

(-) Depreciação Imobilizado - Com Restrição	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
(-) Móveis e Utensílios AUX	(20.201)	(7.253)		(27.454)
(-) Computadores e Periféficos AUX	(58.835)	(16.184)		(75.019)
(-) Equipamentos de Reabilitação AUX	(22.125)	(4.764)		(26.889)
(-) Móveis e Utensílios SICONV	(5.307)	(7.680)		(12.987)
(-) Máquinas e Equipamentos SICONV	(65.709)	(25.183)		(90.892)
(-) Computadores e Periféficos SICONV	(8.656)	(5.534)		(14.191)
(-) Maq E Equip Pronas Inclusao Artes Esportes	(194)	(2.433)		(2.627)
(-) Computadores E Perif Siconv (Rodrigo Agostinho)	(18.210)	(17.835)		(36.045)
(-) Maq E Equip Siconv (Rodrigo Agostinho	71.449	(99.889)		(28.440)
(-) Maquinas e Equip. Gourmet	(755)	(1.402)		(2.157)
(-) Comput. Gourmet	(383)	(602)		(985)
(-) Mov E Utens 3ª Vara	(67)	(227)		(294)
Total Depreciação	**(128.993)**	**(188.988)**	**-**	**(317.980)**

Saldo Líquido - Com Restrição	**2.281.975**			**2.096.940**
Saldo Líquido Imobilizado	**4.876.544**			**39.795.581**

9. Intangível

Intangível	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Marcas e Patentes	819	-	-	819
Software TOTVS	-	172.279	-	172.279
Total Depreciação	**819**	**172.279**	**-**	**173.097**

(-) Amortização Acumulada	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
(-) Marcas e Patentes	(812)	-		(812)
Total Depreciação	**(812)**	**-**	**-**	**(812)**

Saldo Líquido Intangível	**7**			**172.285**

No exercício de 2024, a entidade realizou a aquisição e implementação do sistema de gestão empresarial (ERP) TOTVS, visando à modernização dos processos administrativos, financeiros, operacionais e de controle interno.

Os custos incorridos com a aquisição de licenças, desenvolvimento, parametrização, implantação, treinamento e demais despesas diretamente atribuíveis à preparação do sistema para uso foram reconhecidas no ativo intangível, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

10. Fornecedores

As contas de Fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Os montantes são reconhecidos pelo valor da nota fiscal correspondente.

	31/12/2024	31/12/2023
Otto Bock do Brasil Tec. Ort. Ltda	459.811	365.107
Ortobras Ind. Com. Ortopedia Ltda	62.654	2.484
Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL	18.161	-
Vigos Telefocomunicações	-	38.170
VRS Informática Bauru Ltda	32.664	-
Michelangelo Com. Paineis Elet.	23.960	-
WS Audiology Soluções Auditivas	311.886	113.864
DP Christianini Contrutora EPP	-	141.422
Caixa - Cartões pré-pagos	154.293	-
Seguros a Pagar	37.498	31.050
Fornecedores Diversos	340.581	105.629
Total	**1.441.508**	**797.725**

11. Obrigações Trabalhistas

Correspondem aos valores dos salários dos funcionários a serem pagos no mês seguinte, provisão de férias.

	31/12/2024	31/12/2023
Salários a Pagar	1.588.947	1.303.272
Férias a Pagar	432.622	1.198.770
Benefícios	1.734	1.925
Total	**2.023.303**	**2.503.966**

12. Obrigações Fiscais e Sociais

Representa os valores referente a retenções de tributos sobre pagamentos a fornecedores e demais encargos sociais que serão recolhidos em seus vencimentos.

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	564.182	766.160
FGTS	529.246	158.080
INSS	8.604	126.103
ISS	766	4.859
Contribuições	18.690	7.530
Total	**1.121.488**	**1.062.731**

13. Convênios a Realizar

Apresentamos a seguir os projetos em andamento para os quais os recursos estão disponíveis, valores esses apresentados no passivo circulante da Entidade. São registradas nesse subgrupo, na rubrica denominada Convênios a Realizar, as diferenças entre os valores recebidos referentes aos convênios para custeio e investimentos e as despesas já realizadas pela Entidade.

Os valores apresentando em Convênios a aplicar representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados nos projetos e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência à medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na Nota Explicativa 3.b, o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos.

Convênios a Realizar	31/12/2024	31/12/2023
PRONAS PcD	5.021	4.609
SICONV Projeto Educação	20.127	18.332
Inculusao Produtiva	2.198	14.305
Esportes sem Limites	129.170	129.170
Instituto Credicitrus	33.581	105.260
Ministerio Publico	45.305	45.305
Emenda Rodrigo Agostinho Siconv	-	92.495
Pronas Inclusão Artes E Esportes	194.142	243.776
Emenda Rorigo Agostinho (Fnas)	4.606	222
Emenda Parlamentar Carlos Sampaio	0	0
Emenda Parlamentar Baleia Rossi	608	3
Emenda Parlamentar Emidio De Souza	665	-
Vale Transporte Estado	0	0
SEID Municipal	141.984	11.625
Projeto Educação	807.379	386.774
Programa Saúde da Família	9.510.923	10.031.881
Equoterapia	25	-
Comupi/Fumpi Aux	4.684	4.573
Comupi/Fumpi Sub	13.104	12.711
Projeto Criança Esperança	2.816	197
3 Vara Criminal	27	0
Tauste	160.000	160.000
Ecotech	-	96.075
Obras Secretaria	54.124	54.124
Panetone Tauste	1.960	194
Emenda Parlamentar Ricardo Melão	(82.565)	-
Emenda Parlamentar Marina Helou	100.646	-
Avaliação Min. Da Saúde	250.156	-
Projeto Levemente	3.731	-
Total	**11.404.419**	**11.411.631**

14. Contingências

A Entidade é parte, como polo passivo, em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

Utiliza-se essa conta para registrar valores para cobrir eventuais perdas de pendências que estão sendo discutidas judicialmente e segundo o grau de risco de perda para a entidade, foi dado o respectivo tratamento contábil, tal como exige a NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

• Perda provável = efetua-se lançamento contábil da provisão;

• Perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa;

• Perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa.

Conforme informações do setor jurídico, em 31/12/2024, o valor estimado para liquidação dos processos judiciais classificados como Provável e Possível, estão assim detalhados:

	31/12/2024
Total PROVÁVEL - Contabilizado	**88.000**
Trabalhista	88.000
Total POSSÍVEL - Divulgado	**30.000**
Trabalhista	30.000

15. Receitas Diferidas

Conforme determinado nas normas brasileiras de contabilidade, especificamente na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre à realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela depreciação ou alienação do bem. Desta forma, a Entidade reconhecerá mensalmente como receita de subvenções em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado respectivo.

16. Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício

O Patrimônio Líquido da SORRI Bauru foi formado pelas doações recebidas acrescidos os déficits e superávits acumulados que são integralizados anualmente após o encerramento do exercício e aprovação pelo Conselho Fiscal da Entidade. Em 2024 a Entidade encerrou o exercício com um Patrimônio Líquido em R$ 35.603.402.

16.a Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP

Com base na prerrogativa estabelecida pela ITG 10 – Interpretação Técnica Geral, a entidade adotou, em 31 de dezembro de 2024, o critério de custo atribuído (deemed cost) para mensuração inicial do imóvel de sua propriedade, localizado na Avenida Nações Unidas, nº 53-40, Núcleo Presidente Geisel, município de Bauru/SP, com área total de terreno de 35.895,00 m² e área construída de 5.100,00 m².

Para fins de mensuração, foi considerado o valor justo apurado por meio de laudo técnico independente, emitido por profissional habilitado (CNAI nº 17190), que atribuiu ao imóvel o valor de R$ 37.000.000,00. O valor do ajuste reconhecido na contabilidade foi de R$ 34.556.711,00, correspondente à diferença entre o valor contábil registrado com base no custo histórico e o valor justo determinado na referida avaliação. Esse ajuste foi registrado diretamente no patrimônio líquido, em conta específica de Ajuste de Avaliação Patrimonial. Tal procedimento visa alinhar os registros contábeis à realidade econômica da entidade, em conformidade com os princípios da relevância e da representação fidedigna da informação contábil, e não implicou impacto no resultado do exercício.

16.b Superávit do Exercício

O Superávit do exercício de 2024, no montante de R$ 233.659 após a apreciação pela Assembleia Geral, será acrescido ao patrimônio da Entidade.

16.c Ajuste de Exercícios Anteriores

Em 2024, a Entidade efetuou correções de lançamentos contábeis que somente puderam ser identificadas após o encerramento de exercícios anteriores, portanto os lançamentos são feitos em contrapartida com a conta Ajustes de Exercícios Anteriores, evitando assim, que

afetem os resultados correntes da Entidade. O valor ajustado no exercício de 2024 foi de R$ (568.168).
De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o Patrimônio Líquido remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

A Entidade não distribui aos seus associados, conselheiros, diretores ou doadores quaisquer eventuais excedentes operacionais anuais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferido mediante o exercício de suas atividades, aplicando tais valores integralmente na consecução do seu objetivo social.

17. Recursos de Convênios

	31/12/2024	31/12/2023
Contratualização SUS	6.426.730	4.889.438
Receitas com Convênios e Particulares	5.146.911	3.580.495
Receitas com Produtos e Serviços	2.146.365	1.809.515
Recurso de Convênio - ESF	22.723.485	19.832.529
Recurso de Convênio - Educação	5.452.983	4.068.307
Recurso de Convênio - SEID	1.528.816	1.412.327
Recurso de Convênio - Especificos	146.238	54.658
Recurso de Convênio - Inclusão Produtiva	119.402	106.188
Recurso de Convênio - Pronas Artes e Esporte	49.770	327.986
Recurso de Convênio - Equoterapia	28.870	108.166
Recurso de Convênio Rodrigo Agostinho	-	8.549
Recurso de Convênio - Siconv	58.540	57.350
Recurso de Convênio Carlos Sampaio	-	61.441
Recurso de Convênio Emidio de Souza	-	105.248
Recurso de Convênio Alexandre Padilha	100.000	182.140
Recurso de Convênio Baleia Rossi	-	28.877
Receitas com Doações e Contribuições	569.660	586.009
Receitas com Promoções e Eventos	220.829	121.478
Recurso de Convênio Chiara Ranieri	146.125	-
Recurso de Convênio Edson Miguel	53.375	-
Recurso de Convênio Marcelo Afonso	100.871	-
Recurso de Conv. Transposição Lei 7.76022.11.23	52.724	-
Emenda Impositiva Mane Losila Art. Nº. 107	2.984	-
Emenda Impositiva Marcos De Souza Art. Nº. 13	1.990	-
Emenda Impositiva Locadora Art. Nº. 38	1.990	-
Emenda Impositiva Locadora Art. Nº. 44	1.492	-
Total	**45.080.150**	**37.340.702**

18. Receitas com Produtos e Serviços

A SORRI firmou parceria com o convênio médico Unimed para atendimentos particulares dos conveniados, isso resultou em um aumento considerável nos atendimentos da entidade, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Atendimentos Unimed	4.980.058	3.463.218
Venda de Produtos e Serviços	2.293.857	1.926.792
APAS - Assoc. Policial de Assist. a Saúde	19.362	-
Total	**7.293.277**	**5.390.010**

19. Custos com Execução de Convênios

	31/12/2024	31/12/2023
Custos dos Produtos e Serviços Próprios	(23.950.244)	(21.573.583)
Custos com Execução de Convênios - ESF	(22.414.344)	(18.551.471)
Custos com Execução de Convênios - Educação	(5.284.776)	(4.015.027)
Custos com Execução de Convênios - Emidio de Souza	(1.061)	(105.248)
Custos com Execução de Convênios - SEID	(1.563.361)	(1.267.111)
Custos com Execução de Convênios - Especificos	(179.163)	(30.641)
Custos com Execução de Convênios - Inclusão Produtiva	(110.275)	(81.900)
Custos com Execução de Convênios - Pronas Artes e Esporte	(57.880)	(327.986)
Custos com Execução de Convênios - Equoterapia	(26.454)	(94.908)
Custos com Execução de Convênios Rodrigo Agostinho	-	(8.550)
Custos com Execução de Convênios - Siconv	(87.397)	(59.997)
Custos com Execução de Convênios Carlos Sampaio	-	(61.441)
Custos com Execução de Convênios Baleia Rossi	-	(28.877)
Total	**(53.674.954)**	**(46.206.740)**

20. Gratuidade

A Sorri Bauru assina anualmente com as entidades Convênios de Cooperação que estabelecem as responsabilidades e obrigações das partes, bem como valores dos recursos financeiros para o custeio das operações necessárias à realização de sua missão estatutária.

A Entidade em atendimento ao inciso II do artigo 9º da LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, apresentou em 2024 percentuais de atendimentos decorrentes de convênio firmado com o SUS (Sistema Único de Saúde) superior a 60% do total de sua capacidade instalada, conforme demonstrado a seguir:

Competência			Ambulatório		
Mês / Ano			SUS	Não-SUS	% SUS
			Qtde.	*Qtde.*	*Ambulatório*
Janeiro	-	2024	3.689	959	79,37%
Fevereiro	-	2024	3.764	60	98,43%
Março	-	2024	4.358	52	98,82%
Abril	-	2024	4.810	49	98,99%
Maio	-	2024	4.832	44	99,10%
Junho	-	2024	4.919	46	99,07%
Julho	-	2024	3.036	58	98,13%
Agosto	-	2024	4.761	85	98,25%
Setembro	-	2024	4.552	81	98,25%
Outubro	-	2024	5.577	54	99,04%
Novembro	-	2024	4.349	68	98,46%
Dezembro	-	2024	2.738	53	98,10%
Total (SEM INCENTIVO)	-	**2024**	**51.385**	**1.609**	96,96%

21. Isenções Previdenciárias Usufruídas

Em atendimento à ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros e a Portaria 834/16 – Ministério da Saúde, estão demonstrados a seguir os valores relativos à imunidade e isenções usufruídas pela Entidade durante o exercício de 2024, como se devido fosse:

	31/12/2024	31/12/2023
INSS - Cota Patronal Usufruída	9.173.826	8.291.609
Total	**9.173.826**	**8.291.609**

22. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A ATENÇÃO DA SAÚDE

a) **Projeto SORRI BAURU - PRONAS - Inclusão: Artes e Esportes como ferramentas NUP 25000.197052/2019-39**

No exercício a Entidade recebeu repasse no valor de R$ 49.770, no mesmo exercício foi utilizado R$ 57.880, restando o montante de R$ 210.679 a ser utilizado no exercício subsequente.

Portanto, conforme apresentado na nota explicativa 18, o valor registrado de despesa é igual ao valor da prestação de conta, conforme desembolso financeiro, sendo que os demais valores mantem registrado no ativo como bens e direitos e no passivo como obrigação a pagar, por conta da obrigatoriedade de prestação de conta sobre os valores recebidos de órgão públicos, demonstrado em nota explicativa 13.

23. Cobertura de Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e risco diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

24.Eventos Subsequentes

Mudança de Sistema de Gestão ERP – Implantação do TOTVS Protheus

Em conformidade com a Proposta Comercial nº GC0038, firmada entre a SORRI Bauru e a empresa Wayup Serviços em Tecnologia LTDA (TOTVS Oeste), com emissão em 28 de junho de 2024, a entidade iniciou, em 2025, o processo de transição de seu sistema de gestão empresarial para a plataforma TOTVS Protheus – Backoffice. O escopo do contrato inclui parametrização, documentação, acompanhamento, validação e suporte técnico para a efetiva implantação do sistema. Este processo visa a modernização da gestão contábil, financeira, patrimonial e operacional da instituição, com previsão de conclusão e pleno funcionamento no segundo semestre de 2025.

Verbas Parlamentares Aprovadas e Não Recebidas até 31/12/2024

Até o encerramento do exercício de 2024, a SORRI Bauru havia obtido a aprovação de diversas **emendas parlamentares e transferências orçamentárias** para aplicação em ações de reabilitação física, intelectual, auditiva, usuários de OPM e AASI, entre outras. Contudo, os respectivos valores ainda não haviam sido recebidos na data de emissão das demonstrações contábeis.

A seguir, apresentamos o **quadro demonstrativo** das verbas aprovadas com valores correspondentes e data prevista de início das ações:

Vereador	Artigo	Objeto	Valor total
Transp orçamentária	Lei 7760 22/11/23	150 bebês - estimulação precoce	R$ 895.302,00
Transp orçamentária	Lei 7760 22/11/23	16 reab intelectual	R$ 96.621,84
Transp orçamentária	Lei 7760 22/11/23	34 reab auditiva	R$ 26.134,44
Chiara Ranieri	30	189 AASI	R$ 146.621,84
Milton Sardim	148	189 AASI	R$ 146.621,88
Edson Miguel	56	70 AASI	R$ 54.000,00
Segalla	85	254 AASI	R$ 196.621,80
Marcelo Afonso	130	129 AASI	R$ 100.000,00
Milton Sardim	149	426 AASI	R$ 330.000,00
Lokadora	39	96 ortetizadas para PTC	R$ 92.000,00
Lokadora	44	96 us excedentes REAB física	R$ 50.000,00
Lokadora	38	96 us excedentes REAB física	R$ 50.000,00
Segalla	84	553 crianças demanda externa	R$ 275.000,00
Losila	107	144 us excedentes REAB física	R$ 70.000,00
Marcos de Souza	133	96 us excedentes REAB física	R$ 50.000,00
Fabinano Mariano	155	156 usuários OPM	R$ 96.621,84
Segalla	84	120 usuários OPM	R$ 75.000,00
Marcelo Afonso	128	264 usuários OPM	R$ 180.000,00
Marcelo Afonso	129	336 us exced Reab Intelectual	R$ 166.621,84
Total			**R$ 2.950.545,64**

Esses recursos, quando efetivamente recebidos, serão registrados contabilmente de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao terceiro setor, respeitando o regime de competência e os princípios de transparência e fidedignidade das informações patrimoniais e financeiras.

25.Autorização Para Conclusão Das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 27 de maio de 2025.

26.Outras Informações

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoantes a legislação específica aplicável.

Bauru, 31 de dezembro de 2024.

LUIS FERNANDO MAXIMINO BENTO:32920155881
Assinado de forma digital por LUIS FERNANDO MAXIMINO BENTO:32920155881
Dados: 2025.05.30 08:22:07 -03'00'

Luis Fernando Maximino Bento
Diretor Executivo
CPF 329.201.558-81

ADRIANO LUIS ALVES:31593391811
Assinado de forma digital por ADRIANO LUIS ALVES:31593391811
Dados: 2025.05.30 09:13:02 -03'00'

Adriano Luis Alves
Contador
CRC 1SP277111-O/6